VII Simpósio Nacional de História Cultural
HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO, LEITURAS E RECEPÇÕES
Universidade de São Paulo – USP
São Paulo – SP
10 e 14 de Novembro de 2014

REFLEXÕES SOBRE O CARNAVAL DO RECIFE (1972 - 1979)

Rosana Maria dos Santos*

A FOLIA PEDE PASSAGEM

O carnaval durante muitos anos foi visto como uma das paixões do povo brasileiro. A festa era caracterizada por muitos historiadores e antropólogos[1] como um símbolo da identidade nacional. Porém, nos últimos anos o estudo da festa tem revelado a complexidade do assunto, os meandros que envolvem o desenrolar do carnaval, onde os sujeitos, ou melhor, os seguimentos excluídos, reivindicam a possibilidade de participação ativa na criação de sua própria história.

Rita Barbosa de Cássia Araújo[2], ao analisar as manifestações originadas no carnaval do Recife, afirma que essas manifestações nasceram entre as camadas populares urbanas. O carnaval passou a ser visto como símbolo de identidade cultural para os recifenses. Neste contexto, ele representaria a coesão social, a síntese dos elementos étnicos formadores do tipo brasileiro: o índio, o negro e o branco. Assim, a autora esclarece que além de um festejo sua análise contempla o carnaval como uma forma de difundir e consolidar os símbolos de identidade cultural do país. No entanto, a tese

* Mestranda em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE.

1 Da MATTA, 1979; QUEIROZ, 1992; DARNTON, 1996.

2 ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas: Máscaras do tempo: entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1996.

defendida por Araújo (1996) é de fácil contestação, uma vez que a autora não analisa a complexidade da festa. Estudar o carnaval do Recife sobre uma ótica de um carnaval "símbolo de identidade cultural" é perigoso, pois é necessário estudar os fatos atípicos e as "normas surdas" [3] ou seja, sujeitos que fazem do carnaval o espaço para a subversão.

Entre o final do século XIX e inicio do século XX o carnaval do Recife começa a sofrer intervenções, cujo objetivo central das autoridades era manter a disciplina. As autoridades policiais e os responsáveis pela organização do carnaval de rua tornam mais intensos o "policiamento" durante os dias de momo, pois as rivalidades entre os clubes se transformavam muitas vezes em violência. Segundo Leonardo Dantas Silva, por muitos anos houve uma preocupação por parte das autoridades de organizar o carnaval do Recife[4].

Os anos de 1930 são marcados por uma forte competitividade e conflitos entre os clubes carnavalescos. E essa onda de violência, tornou-se uma preocupação não só das autoridades políticas, mais também, dos empresários da época. A insegurança durante os dias de momo era tão grande, que havia agremiações que ao saírem para as ruas, durante o carnaval, solicitavam antes a proteção policial.

Diante da violência nos dias da festa, na década de trinta foi criada a Federação Carnavalesca Pernambucana, os argumentos que justificavam a sua criação era que a alta sociedade pernambucana estava interessada no progresso do Estado, no entanto, se fazia necessário tornar o Recife uma cidade do turismo, do carnaval e da ordem. Para tornar mais organizado o carnaval foi criada a Federação Carnavalesca Pernambucana em 1934.

A Federação ficou responsável pela organização do carnaval do Recife até 1945. E no ano de 1955 ela tentava de várias maneiras permanecer com o mínimo da força e prestígio que tinha antes. O Estado tinha se utilizado de diversos mecanismos para tentar coagir as agremiações carnavalescas a tomarem parte do carnaval do estado, desde

[3] THOMPSON, E.P. Folclore, antropologia e história social. IN: NEGRO, A.L. & SILVA, S (org.). **As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.

[4] SILVA, Leonardo Dantas. Elementos para história social do carnaval do Recife. In: Maior, M. S; Silva, L.D. **Antologia do carnaval do Recife**. Recife: Massangana, 1991.

ameaças, coação e suborno as agremiações carnavalescas. Porém, essas ações não implicaram no resultado pretendido[5].

Aos poucos, os jornais começam a evidenciar outras entidades organizadoras da festa. Um exemplo desses novos organizadores é a Associação dos Cronistas Carnavalescos - ACC[6], cujas propostas para o carnaval eram de suprimir definitivamente a influência do Estado sobre a festa de rua, através do discurso de que o carnaval era uma festa democrática. A ACC era constituída por um grupo de representantes dos principais jornais de Recife e Rádio Clube de Pernambuco, cujo principal objetivo era promover uma festa de sucesso.

Em 1955 o prefeito Djair Brindeiro sancionou a lei nº3346, de sete de junho de 1955, oficializando o carnaval da cidade que passou a ser organizado pelo Departamento de Documentação e Cultura (DDC)[7].

Segundo o Jornal *Diário da Noite*, do dia vinte e seis de fevereiro de 1955, a prefeitura da cidade do Recife passa a organizar o carnaval da cidade[8]. A lei tinha por objetivo a promoção do carnaval voltado para a tradição, preservando assim os clubes de frevo, maracatus e os clubes de caboclinhos. Dentre as medidas propostas pela lei foi prevista uma ajuda financeira aos blocos, escolas de samba e demais agremiações carnavalescas que contribuíssem para animação e consolidação do carnaval do Recife.

Em 1964, na primeira gestão do prefeito Augusto Lucena, foi criada a lei n°9355, de 14 de dezembro, sendo constituída a Comissão Organizadora do Carnaval (COC), presidida pelo secretário de Educação e Cultura, com representantes da Câmara Municipal, Federação Carnavalesca, Associação de Cronistas, Associação Comercial, Federação das Indústrias, Governo do Estado e quatro outros integrantes escolhidos pelo prefeito[9].

---

5 VIDAL, Francisco Mateus Carvalho**. A Fresta do estado e o brinquedo para os populares:** História da Federação Carnavalesca Pernambucana (1935-1949). Recife, dissertação de mestrado em História, UFPE, 2010.

6 A associação dos Cronistas Carnavalescos era uma entidade fundada pelos jornalistas recifenses. A entidade era constituída por um grupo de representantes dos principais jornais de Recife e da Rádio Clube de Pernambuco, cujo objetivo era promover a festa de momo.

7 SILVA, Leonardo Dantas. Elementos para história social do carnaval do Recife. In: Maior, M. S; Silva, L.D. **Antologia do carnaval do Recife**. Recife: Massangana, 1991.

8 PREFEITURA passa a organizar o carnaval do Recife. **Diário da Noite**, Recife 26 de fev, 1955, p.1.

9 SILVA, Leonardo Dantas. **Carnaval do Recife**. Recife: Prefeitura da cidade do Recife, 2000.

A legislação que regulava a Organização do Carnaval do Recife sofre outra modificação com a lei de n°10.537, de catorze de setembro de 1972. Pela nova lei, as atribuições da Comissão Organizadora do Carnaval (COC) passaram para a Comissão Promotora do Carnaval (CPC), vinculada a Empresa Metropolitana de Turismo (EMETUR)[10].

Em 1979, a Emetur torna-se a Fundação de Cultura da Cidade do Recife, tendo por objetivos exercer, incentivar e desenvolver a política cultural no município. A lei do carnaval mudou, a CPC deixa de ser oficialmente a organizadora do carnaval do Recife. A nova instituição criada, Fundação de Cultura Cidade do Recife, é sancionada pela lei n° 13.535, pelo prefeito Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho em 26 de abril de 1979, sendo extinta a Empresa Metropolitana de turismo[11].

Diante da problemática, este artigo pretende contribuir para a historiografia com a análise sobre o carnaval do Recife na segunda metade do século XX. Assim, o leitor encontrará nas páginas que seguem posturas diversas, que trazem grande contribuição para o estudo do fenômeno da festa, no nosso caso, o carnaval, e os desdobramentos e vozes que nele circulam. No entanto, o próprio avanço das discussões gera novos questionamentos que não cabe a este trabalho responder, mas problematizar. Durante muitos anos o carnaval foi considerado apenas como a maior festa da identidade nacional. A festa de aproximadamente três dias estava relacionada a várias características da cultura nacional, bem como a malandragem e a personalidade festiva[12].

A pesquisa parte de questões atuais e concordamos com Michel de Certeau[13], quando ele afirma que o historiador está atrelado a um *lugar social* e parte de problemáticas do presente para construir o passado. Pois, o carnaval ainda hoje é a principal festa do país. É a festividade que mais recebe investimentos financeiros. O

10 Idem.

Em 1968 é criada a Empresa Metropolitana de Turismo do Recife (Emetur), que é mantida pela prefeitura da cidade do Recife. A Emetur era gerida pela Lei Nº. 9927. No carnaval do Recife a Emetur ajudava apenas como uma colaboradora da Comissão Organizadora do Carnaval (COC), na a realização da festa, posteriormente na década de 1970 a Emetur passa a organizar o Carnaval em uma maior proporção, quando a (COC) deixa de organizar o carnaval do Recife, passando assim as suas atribuições para a Comissão Promotora do Carnaval (CPC). PERNAMBUCO, **Diário Oficial** 18 de jun. 1968.

11 PERNAMBUCO, **Diário Oficial** 01 maio. 1979. Autoriza o poder executivo a instituir a Fundação de Cultura Cidade do Recife.

12 MATTA, Roberto da. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio De Janeiro: Zahar,1979.

13 CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1: artes de fazer. 20ª Ed. São Paulo: Vozes, 2013.

Planejamento e a evolução da festa de momo estão atreladas as lutas de poder entre os diversos atores sociais, com o objetivo de definir o modelo de festa que mais lhe interessa[14].

OS CARNAVAIS PROMOVIDOS NO RECIFE NOS ANOS DE 1972 -1979

Na década de 70 o tema carnaval se torna uma prioridade política. Fazia-se necessário criar políticas públicas capazes de solucionar uma questão que há décadas era destaque nos periódicos da cidade*: "quem salvará o carnaval do Recife da decadência"* [15]. Era comum nos jornais encontrar críticas aos organizadores da festa, políticos que defendiam na Câmara Municipal e na Câmara dos Deputados maiores iniciativas para restaurar o carnaval do Recife e, sobretudo melhorar as condições das agremiações carnavalescas.

Para E. P Thompson (2001) o significado dos momentos festivos só podem ser interpretados quando as fontes deixam de ser olhadas como um fragmento folclórico ou de sobrevivência, e são reinseridas no seu contexto total. Ou seja, para entender os momentos festivos se faz necessário uma análise profunda na vida social, política e doméstica de uma sociedade. O autor defende que em toda sociedade há um duplo componente essencial: o controle político e o protesto, ou até mesmo, a rebelião, feita pelos populares. Os donos do poder representam seu teatro por meio da superstição e justiça sublime, enquanto que os pobres ocupam o cenário das ruas empregando o símbolo do protesto e das rebeliões [16].

Em suma, perceber as particularidades e os significados que esses acontecimentos dos dias de carnaval na década de 1970 tiveram para homens e mulheres são de extrema importância, pois nos ajuda a entender o processo criativo e dinâmico da festa. Espaço de disputa, ciúmes, desavenças e inquietantes interferências no mundo dos "adversários".

[14] SILVA, Gustavo de Medeiro. **Carnaval, Mercado e Diferenciação Social**. Recife, dissertação de mestrado em Administração, UFPE, 2004.

[15] CARNAVAL do Recife estoura nos clubes, mas é desanimado nas ruas. **Diário de Pernambuco**, Recife, 08 fev. 1978, p.1.

PRECARIEDADE, **Jornal do Commercio**, Recife, 31 de jan, 1975, p.4.

[16] THOMPSON, E.P. **Folclore, antropologia e história social.** IN: NEGRO, A.L. & SILVA, S (org.). As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos. Campinas, Editora da Unicamp, 2001, p. 239-240.

Diversas questões e embates se tornaram debates no carnaval do Recife nos anos de 1972-1979. As constantes brigas entre as agremiações e as autoridades políticas, os carnavalescos reivindicavam participação e de voz ativa no carnaval[17]; questões de gênero, como o caso das chamadas "bonecas" que foram proibidas de desfilar no carnaval do Recife; assim como o mela-mela e o corso que sofreram a intervenção da Secretaria de Segurança Pública. E não podemos esquecer a constante luta dos políticos e empresários da época na tentativa de restaurar o carnaval do Recife. Há anos que as agremiações carnavalescas, como: clubes, blocos, maracatus e caboclinhos passavam por uma séria crise financeira e de valorização cultural[18]. As escolas de samba estavam tomando conta das passarelas, sendo necessária uma melhor assistência as outras agremiações que representam o verdadeiro "folclore nordestino[19]".

Para Maria Clementina Pereira da Cunha (2002),

> À medida que a tensão social e política crescem nos anos 70 e, ainda mais agudamente, nos 80, pode-se notar uma mudança sensível de tom em um debate no qual os limites da brincadeira tornavam-se tema principal. Projetos pedagógicos e sentidos homogeneizadores ganharam corpo dentro do carnaval, e o esforço de desqualificar qualquer prática que fugisse ao padrão eleito como civilizado constituiu-se em um traço comum a intelectuais, autoridades e carnavalescos de elite[20].

A partir década de 1970 a ornamentação carnavalesca da cidade sofreu mudanças, havia a necessidade de tornar mais atraente os espaços urbanos do Recife. Esse desejo do poder público estava atrelado na necessidade de transformar os centros urbanos em pólos turísticos, contribuindo para a valorização do carnaval. Essas decorações estavam baseadas em temas históricos que exploravam, sobretudo, a memória nacional e local. As decorações carnavalescas estavam relacionadas à capacidade de transformar determinados centros urbanos em territórios festivos e cenários espetaculares.

[17] DESFILE de agremiação está ameaçado em 75, **Jornal do Commercio**, Recife, 18 jan,1975, p.6.

[18] REAL, Katarina. **O folclore no carnaval do Recife**. Recife: Massangana,1990.

[19] Durante muitos anos no carnaval do Recife o samba enfrentou preconceitos, mas mesmo condenadas as escola de samba ganhavam visibilidade, mesmo que os intelectuais não quisessem a presença do samba na terra do frevo, do caboclinho e do maracatu. Os intelectuais como Gilberto Freyre, Aníbal Fernandes e Mario Melo defendiam um modelo de festa pautado no ritmo dos clubes de frevo. No entanto, uma grande porcentagem da população recifense não estava interessada em defender os discursos regionalistas dos intelectuais, o que o povo queria mesmo era "cair no samba".

[20] CUNHA, M. Clementina (org.). **Carnavais e outras F(r) estas**. Campinas/SP, Ed. Unicamp, Cecult, 2002, p.383.

Estes espaços são socialmente construídos por negociações que definem seus usos, no sentido de que ornamentá-los funcionou como uma forma de atrair novamente o público para brincar o carnaval de rua, já não tão bem visto e disputado[21].

À medida que, ocorrem mudanças na forma de ornamentar a cidade, as transformações também ocorrem na forma de apreciar o "espetáculo". As arquibancadas se consolidam nesse período fundamentadas no discurso: " o público precisa ter mais comodidade para assistir aos desfiles"[22]. Esse mecanismo tinha como objetivo transformar o folião em expectador. Segundo Certeau (1995) na sociedade de espetáculo o poder econômico transforma as representações coletivas em folclore. Assim como também, aqueles que têm o poder econômico transformam as suas ideologias em espetáculos. Excluem das festas tanto o risco como a criação. O crescimento da "valorização" do cultural transforma o "povo" em "público" e nada mais, além disso.[23].

As modificações ocorriam não só na parte física da cidade, se fazia necessário também uma mudança de comportamento e de mentalidade. Portanto, o carnaval da década de 1970 no Recife foi marcado por uma maior presença do Estado e das forças policiais nas festividades carnavalescas. À medida que, a ditadura foi amadurecendo, o carnaval assistiu a práticas que foram se moldando de acordo com aplicabilidade da Lei de Segurança Nacional e do AI-5.

O policiamento sobre a cidade nos dias de momo tornou-se mais numeroso e rigoroso[24]. A polícia no carnaval, muitas vezes, agia com intuito de "silenciar vozes" através do discurso que só em último caso recorria à força repressiva[25]. É preciso entender

21 GUIMARÃES, Helenise Monteiro. Uma cidade engalanada! decorações de rua e salões de bailes no carnaval carioca. In CAVALCANTI, Maria Laura; GONÇALVES, Renata. (Orgs) **Carnaval em múltiplos planos**. Rio de Janeiro: aeroplano, 2009.

22 É importante ressaltar que a construção das arquibancadas no carnaval do Recife não é uma característica de década de 1970, a consolidação e fomento de sua construção inicia no final da década de 1960. Para Teles, o modelo oficial do carnaval patrocinado pelos generais dessa época era o do padrão carioca. Baseado nos desfiles das escolas de samba e em grandes avenidas, guarnecidas por cordões de isolamento, para gáudio das multidões nas platéias das calçadas e deslumbre dos turistas em geral esse modelo foi aplicado em todas as capitais e grandes cidades, no estilo militar, onde tudo é padronizado. TELES José. **Bloco Anárquico Armorial Siri na Lata:** 30 anos de anarquia, folia & negócios. Recife: Bagaço, 2006, p.12.

23 CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. São Paulo: Papirus, 1995.

24 MELO, Diogo Barreto. **Brincantes do Silêncio: a atuação do estado ditatorial no carnaval do Recife (1968-1975)**. Recife, dissertação de mestrado em História, UFRPE, 2011.

25 POLÍCIA assegura a tranqüilidade no Carnaval, **Jornal do Commercio**, Recife, 23 fev, 1974, p.9.

que o ato de reprimir nesse período, não se limitava apenas ao ato físico, a ação política era utilizada para silenciar, e o silêncio vinha pelo discurso[26].

As regras da Secretaria de Segurança Pública para o carnaval ao longo da década de setenta pouco mudaram, e quando houve mudanças foi no sentido de criar mais proibições, como no caso do corso e das travestis. A Delegacia de Costumes era um dos principais órgãos responsável por coibir a livre circulação das travestis no carnaval. Parecia haver um temor de que os perigos de subversão da ordem fossem colocados em risco. Segundo Marcília Gama (2007)[27], os dispositivos de segurança pública, "em épocas diferentes surgem alvos distintos, objetos diferenciados de intervenção da polícia, para os quais se voltam com mais intensidade na tentativa de manter a ordem". As "bonecas[28]" durante a década de 1970 ganham visibilidade tanto nas ruas, quanto nas páginas dos jornais (sobretudo as páginas policiais). Contraditoriamente, no período do Carnaval, as "bonecas" ao invés de se misturarem com as outras pessoas na multidão, por vezes ganhavam mais destaque do que os outros integrantes das agremiações. No ano de 1974 as travestis foram proibidas de desfilar em algumas agremiações do carnaval do Recife.

O corso também passou pela intervenção da Secretaria de Segurança Pública. Essa prática vinha sendo combatida desde 1969. Ele surge na cidade do Recife motivado pela busca de novos comportamentos que proporcionassem momentos de lazer para as elites de um Recife que se modernizava, no início do século XX, e tinha o propósito de combater velhos hábitos considerados desviantes para época. O corso, para a elite, tinha a função de transformar o espaço público da festa. A brincadeira de estilo europeu consistia num desfile de carros ornamentados, geralmente de capotas arriadas, que se deslocava pelas principais vias do centro, transportando pessoas ricamente fantasiadas, que travavam batalhas de confetes e serpentinas. Sua popularidade deve-se a elite recifense, que levou o Estado a definir um conjunto de medidas de ordenamento que controlava a participação da população no corso. Desse modo, nem todas as pessoas que

[26] PREFEITO fala da importância do Carnaval, **Jornal do Commercio**, Recife, 14 jan, 1978, p.14.

[27] SILVA, Marcília Gama da. DOPS: A estrutura do serviço de informação em Pernambuco (1930-1990). In ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de, SILVA, Giselda Brito (Orgs.).**Ordem & Polícia**: Controle político-social e as formas de resistência em Pernambuco nos séculos XVIII ao XX. Recife: Ed.Universitária da UFRPE, 2007

[28] Termo utilizado pelos jornais de circulação na cidade do Recife para caracterizar as travestis.

possuíam automóvel, mesmo alugado, tinham a liberdade de participar do cortejo. Era estabelecido um conjunto de estratégias de disciplina, controle e comportamento[29].

A prática do entrudo também se torna debate e polêmica, como nos carnavais passados. No entanto, a ordem dada pela Secretaria de Segurança Pública a Polícia Militar era de que: "os polícias tolhessem os possíveis excessos de alegria do povo" [30]. Os problemas com o mela-mela continuaram por muito tempo na década de 1970, o Bar Savoy considerado como o centro do mela-mela, teve suas portas fechadas durante os quatro dias de carnaval, porque o montante dos prejuízos deixados pelos foliões, não compensava o alto investimento efetuado pela direção, e principalmente pela falta de proteção policial.

A muitos anos que mela-mela no carnaval de rua do Recife se transformou em uma questão de Segurança Pública. A decisão da SSP (Secretaria de Segurança Pública) de liberar a "bricadeira" no carnaval de 1976, foi motivo de muitas críticas nos jornais de grande circulação no Recife

> [...] E, francamente, se meios sadios não encontrarem as autoridades para restaurá-lo, que se deixe o pobre carnaval ir declinando na sua velhice, que a velhice é o caminho de tudo. O que não se deve nem se pode forçar é uma animação à custa de franquias que possam levar ao grotesco, ao estúpido, ao irracional. O que não se pode é ter o direito de agredir, de melar, de sujar a quem, por isso ou por aquilo, tenha de agir às ruas, sem nada querer com a folia. Ou se respeitam os sentimentos e a vontade dos outros ou se corre o risco de levar um tiro ou uma facada. Os que estão à parte sem Entrar na brincadeira também têm nervos, também têm o direito de se afobar, de reagir e, desgraçadamente, nessa reação podem chegar ao crime.[31].

Para Rita de Cássia Araújo (1987) [32], a brincadeira do mela-mela foi arrefecendo com o tempo, devendo-se tal fato ao aparecimento de outras diversões carnavalescas do que propriamente a força da lei. Desse modo, não ter mais o mela-mela em lugares tradicionais no carnaval do Recife, vêm consolidar a tese de que a "brincadeira" perdeu

[29] SANTOS, Mário Ribeiro A festa sob rodas: o carnaval do corso nas ruas do Recife. Revista algo mais, Pernambuco, 8 de março de 2011. Disponível em: http://revistaalgomais.com.br/blog/?p=1604. Acesso em 10 de fevereiro de 2014.

[30] POLÍCIA assegura a tranqüilidade no Carnaval, **Jornal do Commercio**, Recife, 23 fev, 1974, p.9.

[31] NIVALDO, José. Deus tomara carnaval em paz, **Jornal do Commercio**, Recife, 14 fev, 1976, p.9.

[32] ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de Araújo. **Carnaval do Recife**: a alegria Guerreira. Revista de estudos avançados, USP, v.1, 1987, p.203-216.

o prestígio entre os foliões por circunstâncias diversas e não pela força legal decretada pela Secretaria de Segurança Pública.

Mesmo com as proibições os foliões desrespeitavam as regras instituidas pela SSP, como por exemplo, no carnaval de 1975, segundo o *Jornal do Commercio* a Secretaria de Segurança Pública proibiu a realização das atividades conhecidas como mela-mela. Porém o jonal mostrava que o mela-mela já havia começado no Café Savoy.

Para Certeau (2013), nem todos os sujeitos se apropriaram do discurso, ou seja, a sociedade não se reduz ao discurso no qual o poder se utiliza para obter o controle social, a relação dos sujeitos não é uma prática passiva, uniforme, feita de puro conformismo às imposições dos poderes sociais. Em síntese, a análise de Michel de Certeau sobre o cotidiano, revela aquilo que o autor chama de "micro-resistências": que fundam "micro-liberdades". Essas "micro-resistências" são utilizadas por gente simples, que inflige à lei debaixo do nariz do poder, é uma subversão silenciosa, muitas vezes sem o propósito de desrespeitar o estabelecido pelo poder, mas que temperam o cotidiano da cidade[33].

A análise da festa de momo nos leva a caminhos e problemáticas plurais. Nesse sentido, o carnaval configura-se como um fenômeno que constitui a manifestação do espaço vivido com toda a sua complexidade. O reinado de momo tem uma função pedagógica como defende Maria Clementina Pereira da cunha[34], que exerce o papel formador, onde se deve moldar valores e condutas. Em suma, na sua materialidade, o lugar público da festa, deve tornar-se objeto de esforço dos administradores e planejadores para ensinar novos costumes de civilidade e de ordem pública.

Foi possível observar nesse estudo, uma maior preocupação com o carnaval de rua. Enquanto que na década de 1930 existia um interesse por parte da elite e dos governantes de controlar homens e mulheres que dançavam livremente pelas ruas durante o carnaval, a partir da década de 1970, essa ideia muda, começa a haver um maior interesse em motivar o carnaval de rua, todavia com ordem e disciplina.

Fazia-se necessário criar políticas públicas capazes de solucionar uma questão que há décadas era destaque nos periódicos da cidade*: "quem salvará o carnaval do Recife da decadência".*

---

33 CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1: artes de fazer. 20ª Ed. São Paulo: Vozes, 2013.

34 CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecos da Folia**: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

A festa do riso envolve interesses políticos, econômicos e sociais. A organização e o planejamento do carnaval é algo gigantesco, cheia de meandros e lutas por espaço, por parte das agremiações. O reinado de momo constitui o palco onde a resistência é constante, possibilitando aspectos fornecedores de caminhos de acesso à outra realidade, na qual os foliões e os grupos sociais minoritários e inferiorizados começam a reverter lentamente sua situação de "marginalização" cultural, estabelecendo uma nova ordem, criando e reivindicando novos espaços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas: Máscaras do tempo: entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1996.

_____. **Carnaval do Recife**: a alegria Guerreira. Revista de estudos avançados, USP, v.1, 1987, p.203-216.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. São Paulo: Papirus, 1995.

_____, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1: artes de fazer. 20ª Ed. São Paulo: Vozes, 2013.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecos da Folia**: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CUNHA, M. Clementina (org.). **Carnavais e outras F(r) estas**. Campinas/SP, Ed. Unicamp, Cecult, 2002.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos**: e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal, 2ª edição. 1996.

GUIMARÃES, Helenise Monteiro. Uma cidade engalanada! decorações de rua e salões de bailes no carnaval carioca. In CAVALCANTI, Maria Laura; GONÇALVES, Renata. (Orgs) **Carnaval em múltiplos planos**. Rio de Janeiro: aeroplano, 2009.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. **Entre Pernambuco e a África. História dos maracatusnação do Recife e a espetacularização da cultura popular (1960-2000)**. Rio de Janeiro, Tese de doutorado em História, UFF, 2010.

MATTA, Roberto da. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio De Janeiro: Zahar,1979.

MELO, Diogo Barreto. **Brincantes do Silêncio: a atuação do estado ditatorial no carnaval do Recife (1968-1975)**. Recife, dissertação de mestrado em história, UFRPE, 2011.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Carnaval brasileiro**: o vivido e o mito. Brasiliense: São Paulo, 1992.

REAL, Katarina. **O folclore no carnaval do Recife**. Recife: Massangana,1990.

SILVA, Augusto Neves da. **Quem gosta de samba, bom pernambucano não é? (1955-1970)**. Recife, dissertação de mestrado em História, UFPE, 2011.

SANTOS, Mário Ribeiro dos. **Trombones, tambores, repiques e ganzás**: a festa das agremiações carnavalescas nas ruas do Recife (1930-1945). Recife, dissertação de mestrado em história, UFRPE, 2010.

SANTOS, Mário Ribeiro A festa sob rodas: o carnaval do corso nas ruas do Recife. **Revista algo mais, Pernambuco**, 8 de março de 2011. Disponível em: http://revistaalgomais.com.br/blog/?p=1604. Acesso em 10 de junho de 2014.

SILVA, Marcília Gama da. DOPS: A estrutura do serviço de informação em Pernambuco (1930-1990). In ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de, SILVA, Giselda Brito (Orgs.).**Ordem & Polícia**: Controle político-social e as formas de resistência em Pernambuco nos séculos XVIII ao XX. Recife: Ed. Universitária da UFRPE, 2007.

SILVA, Gustavo de Medeiro. **Carnaval, Mercado e Diferenciação Social**. Recife, dissertação de mestrado em Administração, UFPE, 2004.

SILVA, Leonardo Dantas. Elementos para história social do carnaval do Recife. In: Maior, M. S; Silva, L.D. **Antologia do carnaval do Recife**. Recife: Massangana, 1991.

_____, Leonardo Dantas. **Carnaval do Recife**. Recife: Prefeitura da cidade do Recife, 2000.

SILVA, Lucas Victor; Rabello, E. (Org). **Memórias da Folia**: o carnaval do Recife pelos olhos da imprensa. Recife: Funcultura, 2004. v. 1.

SILVA, Zélia Lopes da. **Os carnavais de rua e dos clubes na cidade de São Paulo**: metamorfoses de uma festa (1923-1938). São Paulo: Unesp, 2008.

SOIHET, Rachel. **A Subversão pelo Riso:** estudo sobre o carnaval carioca, da Belle Époque ao tempo de Vargas. Edufu: Rio de Janeiro, 2008.

TELES José. **Bloco Anárquico Armorial Siri na Lata:** 30 anos de anarquia, folia & negócios. Recife: Bagaço, 2006.

____, José. **O Frevo rumo à modernidade**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2008.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, Cia das Letras, 1998.

_____, Folclore, antropologia e história social. IN: NEGRO, A.L. & SILVA, S (org.). **As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.

VIDAL, Francisco Mateus Carvalho**. A Fresta do estado e o Brinquedo para os populares:** História da Federação Carnavalesca Pernambucana (1935-1949). Recife, dissertação de mestrado em História, UFPE, 2010.

Escritas, Circulação e Recepções
História Cultural